

## XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXV ENANCIB

### GT2 – Organização e Representação do Conhecimento

#### ABYA YALA E A RUPTURA EPISTÊMICA: CAMINHOS DECOLONIAIS NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO VIA EDEOC

#### *ABYA YALA AND THE EPISTEMIC RUPTURE: DECOLONIAL PATHWAYS IN KNOWLEDGE ORGANIZATION THROUGH EDEOC*

**Dirnéle Carneiro Garcez** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
**Rodrigo de Sales** – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** este artigo, fruto de uma tese de doutorado, discute a presença da colonialidade na produção científica na área de Organização do Conhecimento e propõe uma ferramenta metodológica para avaliar a inserção de abordagens decoloniais nesse campo: a Escala de Decolonialidade em Organização do Conhecimento (EDEOC). Considerando que o discurso da decolonialidade tem sido cada vez mais apropriado sem um real compromisso crítico com a superação das estruturas colonialistas, as pesquisas deveriam se posicionar epistemicamente diante desse desafio e se incorporar de perspectivas originárias do Sul Global. O objetivo principal foi apresentar a criação, seus critérios e a aplicação da EDEOC, construída com base em quatro dimensões analíticas: representatividade teórica, uso de instrumentos e conceitos, crítica decolonial e valorização da diversidade epistêmica, cultural e linguística. Trata-se de um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo, que apresenta os critérios de construção da Escala e sua aplicação. Para este estudo, das 167 publicações decoloniais identificadas, apenas uma foi selecionada para a aplicação da EDEOC. A análise do trabalho “A160”, utilizado como exemplo, resultou em uma pontuação negativa significativa, indicando que se aproxima mais de uma decolonialidade restrita do que de uma perspectiva crítica. Conclui-se que a Escala proposta é uma ferramenta útil para tensionar a produção científica na área e promover práticas mais comprometidas com a justiça cognitiva e com a construção de horizontes epistêmicos não coloniais.

**Palavras-chave:** Abya Yala; epistemologias decoloniais; Organização do Conhecimento; Escala de Decolonialidade em Organização do Conhecimento (EDEOC).

**Abstract:** this article, the result of a doctoral thesis, discusses the presence of coloniality in scientific production in the field of Knowledge Organization and proposes a methodological tool to assess the insertion of decolonial approaches in this field: the Decoloniality Scale in Knowledge Organization (EDEOC). Considering that the discourse of decoloniality has increasingly been appropriated without a true critical commitment to overcoming colonialist structures, research should position itself epistemically in the face of this challenge and incorporate perspectives originating from the Global South. The main objective was to present the creation, its criteria, and application of the EDEOC, built on four analytical dimensions: theoretical representativeness, use of instruments and concepts, decolonial critique, and appreciation of epistemic, cultural, and linguistic diversity. This is a bibliographic, exploratory, and descriptive study that presents the criteria for constructing the Scale and its application. For this study, of the 167 decolonial publications identified, only one was selected for application with the EDEOC. The analysis of the work "A160," used as an example, resulted in a significantly negative score, indicating that it is closer to a restricted decoloniality than a critical perspective. We conclude that

the proposed Scale is a useful tool for challenging scientific production in the field and promoting practices more committed to cognitive justice and the construction of non-colonial epistemic horizons.

**Keywords:** Abya Yala; decolonial epistemologies; Knowledge Organization; Decoloniality Scale in Knowledge Organization (DSKO).

## **1 INTRODUÇÃO**

As ciências se fundamentam em discursos que definem critérios para que o conhecimento seja considerado legítimo e verdadeiro, sustentados por epistemologias reconhecidas e validadas por especialistas da área. Entretanto, esses discursos são hegemônicos, e frequentemente marginalizam saberes provenientes de grupos historicamente sub-representados, incluindo os do Sul Global e epistemologias africanas, afrodescendentes e feministas. Essa exclusão resulta na subvalorização dessas produções, restringindo a diversidade epistemológica e comprometendo sua inclusão no campo científico (Asante, 2009; Chalmers, 1993; Collins, 2019; Rendón Rojas, 2008; Santos; Meneses, 2009). Ela se sustenta em padrões teóricos e metodológicos que hierarquizam o conhecimento, privilegiando a produção europeia e norte-americana e marginalizando regiões como América Latina e África. Essa hegemonia molda subjetividades, silencia epistemologias locais e inviabiliza uma ecologia de saberes baseada na diversidade epistêmica e na crítica à presumida neutralidade do conhecimento (Carvalho, 2018; Quijano, 2005; Santos, 2006, 2007).

Nesse contexto, sujeitos não europeus ou norte-americanos são frequentemente subalternizados e desconsiderados como produtores de conhecimento (Spivak, 2010). Santos (2018) aponta que a Ciência da Informação ainda reflete essa assimetria, embora haja avanços em direção a uma epistemologia mais plural por meio da Interculturalidade Crítica, conceito insurgente oriundo das comunidades indígenas de Abya Yala<sup>1</sup> (Estermann; Tavares; Gomes, 2017; Santos, 2006; Walsh, 2006). No campo da Organização do Conhecimento (OC), surgem pesquisas que enfrentam a colonialidade epistêmica, questionando classificações ocidentais, denunciando preconceitos e propondo alternativas éticas e decoloniais (García Gutiérrez, 2007; Olson, 2001, 2002; Pinho, 2010; Silva *et al.*, 2021). Retomar Paulo Freire e a crítica à colonialidade do poder (Quijano, 2005) é essencial para a construção de uma ciência e educação descolonizadoras. Partindo do reconhecimento das estruturas coloniais que historicamente

---

<sup>1</sup> Abya Yala é uma expressão na língua do povo indígena Kuna, originário do Panamá e do noroeste da Colômbia, que significa “Terra Madura” ou “Terra Viva”, e se refere ao território atualmente denominado América Latina, nome atribuído durante o período colonial.

moldaram os saberes, esta pesquisa tem como propósito investigar *se e como* pesquisadores de Abya Yala estão engajados na decolonização da OC. A motivação central reside na compreensão de que enfrentar tais estruturas não se trata apenas de um exercício teórico, mas um compromisso ético com a construção de um mundo mais justo. A pergunta suleadora é: *Como construir um instrumento de mensuração para entender o quão decolonial é o conhecimento produzido por pesquisadoras(es) de Abya Yala no campo da OC?* O objetivo foi desenvolver uma Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC), instrumento com critérios voltados à avaliação da representatividade epistêmica, diversidade e criticidade nos estudos da área; e, por fim, aplicar a EDEOC para mensurar o grau de decolonialidade nas pesquisas analisadas, utilizando um estudo como exemplo de aplicação.

A hipótese central da tese propôs a existência de duas abordagens decoloniais na OC: uma Decolonialidade restrita, que utiliza teorias do norte global ressignificadas criticamente no contexto do Sul (Garcez; Sales, 2021, 2022, 2023; Gomez, 2020; Patin; Sebastian, 2021; Silva *et al.*, 2022), e uma Decolonialidade crítica, que se apoia em epistemologias originadas e aplicadas no Sul global, visando à produção de conhecimentos voltados às realidades locais. A partir dessa distinção, a pesquisa reconhece a existência de uma agência epistemológica sul-sul que desafia a hegemonia do norte global, ao mesmo tempo em que afirma a capacidade de Abya Yala de produzir saberes próprios, fundamentados em práticas, linguagens e epistemologias insurgentes. O estudo estabelece, assim, um diálogo com a Interculturalidade Crítica (Estermann; Tavares; Gomes, 2017; Santos, 2006; Walsh, 2006), reafirmando o papel de sujeitos historicamente marginalizados na produção científica da OC.

## 2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se ancora na articulação entre pensamento e ação, com o objetivo de investigar a presença e o uso de conceitos, teorias e epistemologias no campo da OC, com vistas a identificar traços de decolonialidade na produção de pesquisadores de Abya Yala. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, por abordar uma temática emergente no Brasil: a relação entre OC e a decolonização do conhecimento. De abordagem quali-quantitativa, a pesquisa combina técnicas de análise textual (qualitativa) e tratamento de dados métricos (quantitativos). Os procedimentos metodológicos incluem pesquisa bibliográfica e documental, utilizando materiais já publicados e outros ainda não sistematicamente analisados. O *corpus* foi constituído por produções recuperadas de bases como *Web of Science*, BRAPCI, publicações de

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

eventos científicos como ISKO Brasil e ENANCIB, além dos periódicos *Knowledge Organization*, obras do Selo Editorial Nyota e da Editora IBICT, no período de 1994 a 2023. Foram coletados 1.768 trabalhos oriundos da Abya Yala (entendida como produções de autoria latino-americana ou vinculadas a instituições da região), os quais passaram por deduplicação e seleção com base em quatro critérios definidos por Garcez e Sales (2021, 2022, 2023): (i) Discussões sobre opressões e marginalizações (raciais, de gênero, sexualidades etc.); (ii) Produções de autores do norte global marginalizados em suas próprias sociedades; (iii) Críticas à colonialidade e/ou proposições decoloniais; e (iv) Relações entre interculturalidade e OC. As informações foram organizadas em planilha eletrônica contendo metadados como autoria, filiação institucional, gênero, grupo étnico-racial, idioma, uso de termos relacionados à decolonialidade, entre outros, permitindo posterior aplicação da Escala de Decolonialidade para Estudos em Organização do Conhecimento (EDEOC).

A partir da aplicação dos quatro critérios decoloniais em OC, delimitou-se um *corpus* final de 167 publicações para a análise na Tese. Essas obras foram consideradas pertencentes à OC se o termo aparecesse no título, resumo, palavras-chave ou em seções do texto. A construção da EDEOC baseou-se em revisão bibliográfica de autorias recorrentes nas buscas realizadas em bases de dados, eventos científicos, periódicos, editoras e repositórios latino-americanos. Sua aplicação ocorreu em duas etapas: a) categorização inicial das obras segundo os quatro critérios decoloniais, de forma independente da EDEOC, com o objetivo de garantir isenção e rigor analítico; e b) aplicação da EDEOC somente às autorias com maior número de publicações enquadradas nesses critérios. Para isso, considerou-se a autoria principal de cada trabalho. As autorias foram investigadas por meio de ferramentas como Google, Currículo Lattes, ORCID, LinkedIn e redes sociais, com foco em dados como autoidentificação étnico-racial, gênero, instituição de origem e localização geográfica. Quando a autoidentificação não estava disponível, foi realizada uma leitura étnico-racial articulada à geolocalização, distinguindo entre grupos hegemônicos e não hegemônicos. A pontuação da EDEOC considerou tanto o conteúdo dos textos quanto as referências utilizadas. Como recorte para este estudo, das 167 publicações decoloniais identificadas, apenas uma foi selecionada para a aplicação da EDEOC, conforme detalhado na seção seguinte.

## 2 HORIZONTES EM CONSTRUÇÃO: A ESCALA DE DECOLONIALIDADE EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO (EDEOC)

A criação da EDEOC emergiu da inquietação central que orientava a tese: como mensurar a decolonialidade presente em pesquisas que se autodenominam decoloniais? Com a crescente apropriação do termo “decolonialidade”, observamos lacunas conceituais e metodológicas que dificultam a delimitação clara do que, de fato, constitui um estudo decolonial, sobretudo quando esse discurso, paradoxalmente, pode servir à recolonização do pensamento e da produção de conhecimento na área da OC. Esta preocupação nos levou a investigar criticamente os trabalhos que, embora façam uso da terminologia decolonial, não necessariamente alcançam uma Decolonialidade Crítica, permanecendo ancorados em paradigmas eurocentrados e práticas epistêmicas excludentes (Garcês-da-Silva *et al.*, 2024). Para isso, recuperamos a produção científica em OC no contexto de Abya Yala e, com base nos critérios estabelecidos na seção metodológica, desenvolvemos e aplicamos a EDEOC como instrumento analítico.

Epistemicamente, a elaboração da EDEOC resulta da articulação entre o pensamento decolonial, escalas desenvolvidas em Psicologia Social e Ciência da Informação, e a formulação de instrumentos de mensuração baseados nos critérios de Garcez e Sales (2021, 2022, 2023). O primeiro critério, a representatividade, revela-se essencial para compreender opressões, sub-representações e relações de poder na produção científica em OC. Embora, ainda que ausente em referenciais biblioteconômico-informacionais, como o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (Cunha; Cavalcanti, 2008) e o *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* (Pinheiro; Ferrez, 2014), constitui dimensão fundamental na construção de significados por meio da linguagem, símbolos e signos, escritos, visuais e imagéticos (Hall, 2016). Embora seja um conceito ausente nos referenciais do campo biblioteconômico-informacionais, tais como o *Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia* (Cunha; Cavalcanti, 2008) e *Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação* (Pinheiro; Ferrez, 2014), a representatividade é um elemento que constrói significados por intermédio da linguagem e o uso de símbolos e signos, dentre eles escritos, imagéticos e simbólicos (Hall, 2016).

Sobre representatividade, Batista (2020) elucida que não basta somente ter mera presença de minorias políticas, como mulheres, pessoas negras, LGBTQIAP+ e suas interseccionalidades, em determinados espaços; exige que esses espaços sejam apropriados e pertençam efetivamente a tais grupos, historicamente marginalizados. A representação, embora possibilite visibilidade social em diferentes esferas (mídia, arte, ciência,

entretenimento), não garante por si só a representatividade. Esta implica participação ativa em posições de decisão e poder, permitindo que indivíduos influenciem estruturas sociais e promovam políticas que atendam às demandas de seus grupos (Dess, 2022).

A **representatividade teórica**, que se refere ao âmbito de quem é citado, sua origem e apropriação em textos decoloniais, é uma subcategoria central da EDEOC. Estudos decoloniais exigem a inclusão de sujeitos não hegemônicos, e as autorias nos textos devem refletir o compromisso com a desconstrução do poder intelectual dominante. A análise da EDEOC utiliza 27 itens para avaliar a representatividade, com pontuações positivas ou negativas segundo a autoria principal. Pontuações negativas são atribuídas quando predomina autoria masculina (-10 pontos) ou autoria masculina europeia/norte-americana (-2 pontos cada), evidenciando como a predominância masculina reforça a hegemonia na produção científica. Quando predomina a autoria masculina latino-americana (considerando a autoria principal), é atribuído -1 ponto, pois, mesmo no Sul Global, o masculino mantém posição hegemônica de gênero e poder em sociedades ocidentais de Abya Yala. Os itens v, vi e vii avaliam a ausência de estudos de autorias africanas, indígenas e/ou latino-americanas nos referenciais, considerando a instituição da pesquisadora principal, com -3 pontos para cada item. Isso reflete o epistemicídio do conhecimento negro, indígena e feminino, fenômeno ligado à marginalização histórica de grupos subalternizados. Alves e Côrtes (2023) destacam que racismo e supressão cultural no Brasil estão intrinsecamente relacionados aos legados coloniais e escravocratas, que consolidaram estruturas sociais e epistêmicas racistas.

Alves, Andrade e Souza (2023) argumentam que o colonialismo, além de histórico, instituiu uma lógica hegemônica pela colonialidade do saber, promovendo o epistemicídio de conhecimentos diversos. Essa lógica define um conhecimento como universalmente válido, desqualificando saberes considerados “outros”. Silva, Garcez e Silva (2022) destacam que os saberes da população negra, povos originários e comunidade LGBTQIAP+ sofrem epistemicídio, sobretudo na produção científica latino-americana, separando estudos “verdadeiros”, supostamente neutros, daqueles “ativistas”, marcados por posicionalidade. As injustiças sociais e informacionais materializam o epistemicídio, limitando acesso à informação e participação ativa, gerando injustiças epistêmicas que determinam quem pode denunciar e obter representatividade, excluindo amplamente grupos subalternizado (Patin *et al.*, 2020, 2021; Silva; Garcez; Silva, 2022).

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Na EDEOC, textos que não incorporam autorias não hegemônicas, como mulheres e lideranças de movimentos sociais, recebem -10 pontos, evidenciando a ausência de diversidade epistêmica e a perpetuação do epistemicídio (Carvalho, 2018). Os itens ix a xvii avaliam a presença ou ausência de autorias femininas, masculinas hegemônicas e de grupos não hegemônicos (negros, indígenas, africanos, ribeirinhos, indianos, japoneses e chineses). A linguagem e o idioma de publicação também são considerados: estudos em espanhol, português ou línguas indígenas são mais acessíveis para a população de Abya Yala do que em inglês, francês ou italiano. Pontuações positivas (+10) são atribuídas quando predominam autorias femininas ou quando a autoria principal inclui mulheres ou homens de grupos étnico-raciais não hegemônicos. Evocamos Maria Aparecida Moura (2021), que afirma que a complexidade do discurso colonial, marcado por normas ideológicas e adaptações epistemológicas, demanda a construção urgente de ferramentas teóricas e metodológicas robustas. A dificuldade em decifrar sua lógica ambígua sustenta uma epistemologia da ignorância e reforça o racismo estrutural. Nesse sentido, Silva e Almeida (2017) destacam que comunidades discursivas, embora compartilhem objetivos comuns, têm suas memórias e identidades representadas de forma limitada, resultando em narrativas produzidas “sobre” elas, e não a partir de suas próprias perspectivas. As designações atribuídas a grupos sociais evidenciam a complexidade do processo representacional e podem reproduzir incompreensões. Silva e Almeida (2017) ressaltam a necessidade de reflexão crítica sobre as escolhas que sustentam ideologias e narrativas, uma vez que tais representações, ainda que conectem significado e realidade, frequentemente ocultam aspectos relevantes de grupos marginalizados. A pré-fabricação de discursos, incorporada ao imaginário coletivo, gera expressões pejorativas que desqualificam negros, indígenas e mulheres. Assim, o debate deve ir além da precisão terminológica, visando evitar a exclusão de grupos historicamente subordinados (Silva; Almeida, 2017).

Denúncias evidenciam que instrumentos de OC reproduzem lógicas racistas, sexistas e LGBTQIAfóbicas. A literatura em OC ressalta a necessidade de revisão crítica dos esquemas de classificação, a fim de promover representações mais equitativas das experiências socioculturais. Estudos informacionais demonstram vieses estruturais, como a exclusão da história afro-americana e a violência epistêmica contra saberes negros (Adler, 2017), bem como a hierarquização de sujeitos racializados nas classificações de Cutter e Dewey (Olson, 1999, 2001, 2002).

Marcos Miranda *et al.* (2011) denunciam que sistemas de OC, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD), a Classificação Decimal Universal (CDU) e a *Library of Congress Subject Headings* (LCSH), refletem uma perspectiva eurocêntrica e hegemônica de legitimação dos saberes. Concebidas sob uma epistemologia ocidental, tais ferramentas limitam a representação de conhecimentos, práticas e modos de vida de comunidades negras e outros grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, classificações tendem a ocultar, desqualificar ou subordinar etnoconhecimentos, privilegiando um padrão único de ciência e dificultando a visibilidade e valorização de saberes plurais nos ambientes informacionais e educacionais (Olson, 2002; Miranda, 2007; Miranda *et al.*, 2011). Furner e Dunbar (2004) e Furner (2007) propõem uma “desracialização” da Classificação Decimal de Dewey a partir de uma abordagem da Teoria Crítica da Raça. Já Adler, Huber e Nix (2017), por sua vez, evidenciam como os sistemas de OC reproduzem estigmas associados à deficiência.

A subcategoria **Instrumentos e Conceitos**, composta por 10 itens de avaliação com pontuação diferenciada conforme a decolonialidade dos instrumentos ou conceitos citados. São atribuídos +10 pontos quando o estudo utiliza: (i) instrumentos ou conceitos criados por mulheres norte-americanas de grupos não hegemônicos, como Dorothy Porter Wesley, autora do Catálogo da Coleção Africana na Biblioteca Howard, que reconfigurou estruturas apagadas do conhecimento negro (Silva *et al.*, 2021); (ii) instrumentos ou conceitos de homens norte-americanos não hegemônicos; (iii) instrumentos ou conceitos de mulheres latino-americanas não hegemônicas, como Natalia Duque-Cardona, que propôs o paradigma intercultural em *Abya Yala* (2021); e (iv) instrumentos ou conceitos de homens latino-americanos não hegemônicos, exemplificados pelo conceito de biointeração de Antônio Bispo dos Santos (Nêgo Bispo). Esses critérios articulam o combate ao epistemicídio e promovem formas pluriversas de organizar o conhecimento. Estudos que aplicam e refletem sobre instrumentos e conceitos de autores europeus, latino-americanos e norte-americanos hegemônicos recebem 5 pontos cada (itens v a x). Em sociedades racializadas, as pessoas brancas e da elite estão em contextos de poder e dominação colonial. Autores como Carlos Ávila, Vanda Broughton e Birger Hjørland pertencem a esse grupo. Uma exceção é feita para conceitos de homens europeus, que recebem 3 pontos, sendo Paul Otlet e Melvil Dewey exemplos notáveis.

É importante destacar que a atribuição de autoridade epistêmica ocorre independentemente de temas, enfoques ou perspectivas teóricas, privilegiando pesquisadores das elites intelectuais (Fricker, 2013). Isso não invalida suas contribuições, mas evidencia a

perpetuação da lógica colonial na ciência e na publicação científica. Mulheres brancas, embora inseridas nas estruturas colonial e patriarcal, são reconhecidas como pesquisadoras, enquanto mulheres negras, indígenas e quilombolas enfrentam barreiras raciais, sociais e epistêmicas que dificultam seu desenvolvimento e acesso à autoridade. Tal desigualdade se reflete na predominância de homens e mulheres brancas em cargos de pesquisadores PQ e docentes titulares, em contraste com pesquisadores de grupos não hegemônicos.

A subcategoria **Crítica e Decolonialidade**, visa destacar reflexões sobre a lógica colonial. Legados coloniais persistem tanto entre colonizadores quanto colonizados, moldando sistemas de pensamento das elites e grupos dominantes (Fanon, 2008; Assis; Souza, 2019). Por meio de um “complexo de superioridade”, grupos hegemônicos impõem um único modo de vida considerado legítimo, estabelecendo normas que reproduzem exclusão e hierarquias. Estimular o pensamento crítico entre subordinados permite dismantelar essas lógicas e reivindicar reparações, fundamento desta subcategoria. Composta por oito itens, ela avalia a presença (+10) ou ausência (-10) de debates críticos sobre colonialidade do ser, saber, poder e natureza, e das vertentes teóricas de estudos decoloniais, anticoloniais e pós-coloniais. Considera também o uso de termos como colonial, decolonial, anticolonial e pós-colonial, a adequação do vocabulário às lutas por direitos de populações indígenas, negras, LGBTQIA+, mulheres e pessoas com deficiência, e a incorporação de suas cosmovisões e perspectivas em metodologias decoloniais.

Por fim, a subcategoria **Episteme, Cultura e Língua** está ligada às abordagens interculturais de produção de conhecimento na OC. Com 20 itens analíticos, busca a diversidade epistêmica indígena e de origem africana, representando formas de conhecimento distintas da cultura ocidental. Povos como Munduruku, Wajãpi e Guarani desenvolveram sistemas de organização e disseminação do conhecimento enraizados em suas cosmologias e modos de vida. Essa pluralidade revela a riqueza dos saberes tradicionais, frequentemente negligenciados pela epistemologia hegemônica (Munduruku, 2016; Popó, 2015).

A diversidade cultural e epistêmica de comunidades tradicionais brasileiras, como Caiçaras e Caatingueiros, reflete a heterogeneidade de modos de vida e arranjos socioculturais, resultado de processos de interação e (re)significação (Costa Filho, 2015; Foerste, 2016). A análise desta subcategoria destaca a inter-relação entre culturas e filosofias desses povos, evidenciando o diálogo intercultural e a construção de pontes entre cosmovisões distintas, promovendo reconhecimento mútuo e enriquecimento cultural. Aspectos linguísticos e

terminologias indígenas, africanas e de comunidades tradicionais são centrais na análise da EDEOC, pois revelam formas diversas de pensar e se relacionar com a natureza e entre si, contribuindo para a valorização e preservação dessa pluralidade. Diante dessa riqueza epistêmica, cultural e linguística, nos textos avaliados, a presença ou ausência das perspectivas de Interculturalidade e Interculturalidade Crítica é considerada, por oferecerem ferramentas conceituais para compreender e fomentar o diálogo entre diferentes matrizes de conhecimento. Essas abordagens questionam a visão hegemônica e promovem interações mais equitativas e transformadoras. A distinção entre *Decolonialidade restrita* e *Decolonialidade crítica* evidencia nuances teóricas nos discursos decoloniais na OC. A primeira mobiliza categorias do Norte Global para ressignificar noções colonizadas no Sul, enquanto a Decolonialidade Crítica, baseada em epistemologias do Sul Global, confronta os pilares do eurocentrismo e adota práticas emancipatórias, criando referenciais epistêmicos a partir da realidade de Abya Yala (Garcez, 2024). A EDEOC funciona como ferramenta metodológica para avaliar o grau de comprometimento dos estudos em OC com os princípios da decolonialidade crítica, identificando lacunas e potencialidades e subsidiando uma produção científica mais diversa, justa e atenta aos saberes historicamente subalternizados (Garcez, 2024).

A seguir, apresentamos um exemplo de aplicação da EDEOC para elucidar seu uso.

### **3 DECOLONIALIDADE CRÍTICA OU RESTRITA? APLICANDO A EDEOC A UMA PRODUÇÃO DE OC**

Apresentamos a seguir um exemplo prático da aplicação da escala, utilizando o trabalho identificado como “A160” (Tabela 1).

**Tabela 1** - Exemplo de aplicação da Escala de decolonialidade para estudos de Organização do Conhecimento (EDEOC).

<b>Escala de Decolonialidade para Organização do Conhecimento</b>				
<b>Publicação: A160</b>		<b>Subcategorias</b>		<b>Pontuação</b>
<b>ID</b>	<b>DISCUSSÕES</b>	<b>REPRESENTATIVIDADE TEÓRICA</b>		
1	Maioria de autorias masculinas nas referências do texto (considerando a autoria principal)	-10	REPTEO	-10
2	Maioria de autorias femininas nas referências do texto (considerando a autoria principal)	10	REPTEO	
3	Maioria de autorias europeias masculinas (considerando a autoria principal)	(-2 pontos por referência)	REPTEO	-14
4	Maioria de autorias europeias femininas (considerando a autoria principal)	(-1 ponto por referência)	REPTEO	-3
5	Maioria de autorias norte-americanas masculinas (considerando a autoria principal)	(- 2 pontos por referência)	REPTEO	
6	Maioria de autorias norte-americanas femininas (considerando a autoria principal)	(-1 ponto por referência)	REPTEO	
7	Maioria de autorias latino-americanas masculinas (considerando a autoria principal)	(- 1 Ponto por referência)	REPTEO	
8	Maioria de autorias latino-americanas femininas (considerando a autoria principal)	(+ 2 pontos por referência)	REPTEO	
9	Possui autorias negras nos referenciais	(+ 2 pontos por referência)	REPTEO	
10	Possui autorias africanas nos referenciais	(+3 pontos por referência)	REPTEO	

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

<b>Escala de Decolonialidade para Organização do Conhecimento</b>				
1	Possui autorias indígenas nos referenciais	(+3 pontos por referência)	REPTEO	
1	Possui autorias latino-americanas nos referenciais (considerando a instituição da pesquisadora principal)	(+3 pontos por referência)	REPTEO	18
1	Possui autorias não hegemônicas (mulheres, populações de movimentos sociais, minorias étnico-raciais etc., considerando a autoria principal)	10	REPTEO	10
1	Não possui autorias africanas nos referenciais	(-3 pontos)	REPTEO	-3
1	Não possui autorias indígenas nos referenciais	(-3 pontos)	REPTEO	-3
1	Não possui autorias latino-americanas nos referenciais (considerando a instituição da pesquisadora principal)	(-3 pontos)	REPTEO	
1	Não possui autorias não hegemônicas (mulheres, populações de movimentos sociais, minorias étnico-raciais etc., considerando a autoria principal)	-10	REPTEO	
1	Autoria principal masculina hegemônica (branca)	-10	REPTEO	-10
1	Autoria principal masculina negra	10	REPTEO	
2	Autoria principal masculina indígena	10	REPTEO	
2	Autoria principal masculina de outros grupos não hegemônicos	10	REPTEO	
2	Autoria principal feminina hegemônica (branca)	-5	REPTEO	
2	Autoria principal feminina negra	10	REPTEO	
2	Autoria principal feminina indígena	10	REPTEO	
2	Autoria principal feminina de outros grupos não hegemônicos	10	REPTEO	
2	Escrita do artigo no idioma de povos latino-americanos (português, espanhol ou línguas indígenas)	10	REPTEO	10
2	Escrita do artigo no idioma inglês	-10	REPTEO	
<b>Conteúdo</b>		<b>INSTRUMENTOS E CONCEITOS</b>		
2	Instrumento e/ou conceito criado por mulher norte-americana de grupo hegemônico (ex.: Hope A. Olson)	5	CONT	
2	Instrumento e/ou conceito criado por mulher norte-americana de grupo não hegemônico (ex.: Dorothy Porter - negras, africanas, indígenas etc.)	10	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por mulher europeia de grupo hegemônico (ex.: Vanda Broughton)	5	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por mulher latino-americana de grupo não hegemônico (ex.: Cida Moura - negras, africanas, indígenas etc.)	10	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por mulher latino-americana de grupo hegemônico (ex.: Marta Valentim)	5	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por homem norte-americano de grupo hegemônico (ex.: Melvil Dewey)	3	CONT	3
3	Instrumento e/ou conceito criado por homem norte-americano de grupo não hegemônico (ex.: E. J. Josey - negros, africanos, indígenas etc.)	10	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por homem europeu de grupo hegemônico (ex.: Paul Otlet)	3	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por homem latino-americano de grupo não hegemônico (ex.: Marcio Ferreira - negros, africanos, indígenas etc.)	10	CONT	
3	Instrumento e/ou conceito criado por homem latino-americano de grupo hegemônico (ex.: Carlos Alberto Araújo)	5	CONT	
<b>Reflexões críticas/enfrentamento colonial</b>		<b>CRÍTICA E DECOLONIALIDADE</b>		
3	Apresenta o debate crítico dos estudos de colonialidade do ser, do saber, do poder e/ou natureza	10	ENFR	
3	Apresenta debate crítico relacionado à vertente teórica dos Estudos decoloniais, anticoloniais e/ou pós-coloniais	10	ENFR	
4	Apresenta o uso de termos como decolonial, decolonialidade, anticolonial e pós-colonial	10	ENFR	
4	Não apresenta o debate crítico dos estudos de colonialidade do ser, do saber, do poder e/ou natureza	-10	ENFR	-10
4	Não apresenta debate relacionado às vertentes teóricas dos Estudos decoloniais, anticoloniais e/ou pós-coloniais	-10	ENFR	-10
4	Não apresenta o uso de termos como decolonial, decolonialidade, anticolonial e pós-colonial	-10	ENFR	-10

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

Escala de Decolonialidade para Organização do Conhecimento				
4	Apresenta termos-base das populações indígenas, negras, mulheres e LGBTQIA+ como contranarrativas à colonialidade	10	ENFR	
4	Apresenta cosmovisão de populações indígenas, negras, mulheres e LGBTQIA+ como contranarrativas à colonialidade	10	ENFR	
<b>Abordagens interculturais</b>		<b>EPISTEME, CULTURA E LÍNGUA</b>		
4	Aborda a diversidade epistêmica indígena (Conhecimento de diferentes povos, tais como: Munduruku, Guarani, Xokleng-Laklãnõ, entre outros)	10	INT	
4	Aborda a diversidade epistêmica de origem africana (Povos tais como: Bantu, Macua, Benguela, Cabinda, Angola, entre outros)	10	INT	
4	Aborda a diversidade regional de comunidades tradicionais brasileiras (Tais como: Caiçaras, Caatingueiros, Pomeranos, Cipozeiros, entre outros)	10	INT	
4	Adota a diversidade cultural de povos indígenas (Munduruku, Guarani, Xokleng-Laklãnõ, entre outros)	10	INT	
5	Adota a diversidade cultural de origem africana (Povos tais como: Bantu, Macua, Benguela, Cabinda, Angola, entre outros)	10	INT	
5	Adota a diversidade cultural de regiões brasileiras (Tradições gaúchas, literatura de cordel, Bumba meu boi, Frevo, entre outros)	10	INT	
5	Interrelaciona diferentes culturas e filosofias de povos indígenas	10	INT	
5	Interrelaciona diferentes culturas e filosofias de povos de origem africana	10	INT	
5	Interrelaciona diferentes culturas regionais brasileira	10	INT	
5	Interrelaciona diferentes culturas e filosofias de comunidades rurais, comunidade ribeirinhas, povos ciganos, entre outros	10	INT	
5	Aborda aspectos linguísticos e terminologias das culturas indígenas	10	INT	
5	Aborda aspectos linguísticos e terminologias de povos de origem africana	10	INT	
5	Aborda aspectos linguísticos e terminologias de comunidades tradicionais brasileiras	10	INT	
5	Aborda a vertente teórica da Interculturalidade	10	INT	
6	Aborda a vertente teórica da Interculturalidade Crítica	10	INT	
6	Não aborda a diversidade epistêmica de povos indígenas, de origem africana e comunidades tradicionais brasileiras	-10	INT	-10
6	Não aborda a diversidade linguística de povos indígenas, de origem africana e comunidades tradicionais brasileiras	-10	INT	-10
6	Não aborda a diversidade cultural de povos indígenas, de origem africana e comunidades tradicionais brasileiras	-10	INT	-10
6	Não aborda a vertente teórica da Interculturalidade	-10	INT	-10
6	Não aborda a vertente teórica da Interculturalidade Crítica	-10	INT	-10
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>				<b>-82 pontos</b>

Fonte: dado da pesquisa (2024).

A análise do trabalho “A160” resultou em uma pontuação total de -82 pontos na EDEOC, evidenciando importantes limitações na incorporação de perspectivas decoloniais em suas abordagens teóricas, metodológicas e conceituais. O estudo revelou a predominância de perspectivas eurocêntricas e a limitada presença de decolonialidade crítica. Na subcategoria **Representatividade Teórica** (-5 pontos), observa-se predomínio de autores europeus e americanos, especialmente homens brancos, com ausência de autorias negras e indígenas. Em **Instrumentos e Conceitos** (+3 pontos), o trabalho utiliza conceitos de Peirce, Deleuze e Guattari, do Norte Global, recebendo pontuação positiva mínima pela tentativa de diálogo com epistemologias alternativas. Quanto à **Crítica e Decolonialidade** (-30 pontos), não há discussões sobre a colonialidade do ser, do saber, do poder ou da natureza, nem a mobilização de teorias

decoloniais, anticoloniais ou pós-coloniais. Em **Episteme, Cultura e Língua** (-50 pontos), não se registram referências à diversidade epistêmica e cultural de povos indígenas, afrodescendentes ou comunidades tradicionais, e conceitos de interculturalidade não são empregados. Em síntese, o trabalho se alinha a uma lógica eurocêntrica, caracterizando-se como “Decolonialidade restrita” (Garcez; Sales, 2021, 2022, 2023).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo teve como objetivo apresentar e aplicar a Escala de Decolonialidade em Organização do Conhecimento (EDEOC), instrumento metodológico construído a partir de inquietações epistemológicas em torno da apropriação crescente – e muitas vezes superficial – do discurso decolonial no campo da OC. A partir do delineamento das quatro dimensões analíticas (Representatividade Teórica, Instrumentos e Conceitos, Crítica e Decolonialidade, e Episteme, Cultura e Língua), buscamos mensurar o grau de comprometimento de pesquisas que se autodenominam decoloniais com os fundamentos de uma Decolonialidade Crítica, enraizada nas epistemologias do Sul global. Enquanto recorte, a análise do trabalho codificado como “A160” evidencia o quanto a retórica da decolonialidade pode ser mobilizada sem que haja, de fato, uma ruptura com paradigmas coloniais. O estudo, ao apresentar uma pontuação de -82 na EDEOC, revela a persistência de uma lógica eurocêntrica, sobretudo na manutenção de referenciais teóricos, autorias e linguagens hegemônicas. Ao invés de abrir espaço para epistemes dissidentes, o trabalho exemplifica o que denominamos de Decolonialidade Restrita – uma abordagem que, ainda que critique a colonialidade, permanece atrelada às estruturas do Norte global, reproduzindo-as no campo da produção de conhecimento.

Além das observações sobre a aplicação da escala ao trabalho analisado, é fundamental reconhecer os limites e desafios metodológicos do instrumento. A complexidade das categorias e a necessidade de uma interpretação cuidadosa podem resultar em variações nessas pontuações. Algumas dimensões decoloniais, em especial as que relacionam corpos, naturezas e as múltiplas realidades, podem não ser capturadas adequadamente por uma abordagem puramente epistêmica e quantitativa.

No entanto, a EDEOC apresenta um potencial significativo para análises futuras, podendo ser adaptada e expandida para diferentes contextos, além de servir como base para o desenvolvimento de outros instrumentos mais robustos. Para nós, cabe a prática de revisar e refinar a Escala, um movimento crucial para que ela permaneça sensível às novas perspectivas

teóricas, às epistemologias e aos desafios emergentes da produção de conhecimento decolonial. Assim, a EDEOC não apenas avalia o comprometimento dos trabalhos com a decolonialidade crítica, mas também se torna um espaço para reflexão e aprimoramento metodológico contínuo, contribuindo para a construção de práticas decoloniais cada vez mais eficazes e rigorosas.

A conclusão deste trabalho nos obriga a refletir criticamente sobre os perigos da instrumentalização da decolonialidade como novo capital simbólico. Quando esvaziada de seu potencial político e epistêmico, a decolonialidade corre o risco de se tornar mais uma ferramenta de recolonização do pensamento, operando sob a lógica da assimilação e do apagamento das vozes subalternizadas que pretende amplificar.

Ao propor e aplicar a EDEOC, este recorte busca tensionar a produção científica em OC, evidenciando que a superação da colonialidade não se dará apenas por meio da adoção terminológica de discursos críticos, mas pela incorporação de epistemologias situadas, plurais e insurgentes. Trata-se de um chamado à responsabilidade epistêmica e ética: descentralizar os saberes hegemônicos, valorizar a diversidade epistêmica e reconhecer as contribuições das cosmovisões indígenas, afrodiáspóricas e dos povos tradicionais não como adições exóticas, mas como fundamentos legítimos da produção de conhecimento. Assim, esperamos que esta proposta contribua para a consolidação de uma práxis decolonial efetiva e crítica no campo da OC, questionando os alicerces da colonialidade e impulsionando a construção de horizontes epistêmicos outros, ancorados no Sul global e comprometidos com a justiça cognitiva.

## REFERÊNCIAS

ADLER, M. Classification along the Color Line: Excavating Racism in the Stacks. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 1, p. 1-32, 2017. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i1.17>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ADLER, M.; HUBER, J. T.; NIX, A. Tyler. Stigmatizing disability: Library classifications and the marking and marginalization of books about people with disabilities. **The Library Quarterly**, [s. l.], v. 87, n. 2, p. 117-135, 2017.

ALVES, F. A. C.; CÔRTEZ, G. R. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-124693, 2023. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.124693>. Acesso em: 13 ago. 2025.

ASANTE, M. K. A Afrocentricidade como um novo paradigma. *In*: NASCIMENTO, E. L. **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ASSIS, W.; SOUZA, S. Colonialismo e desigualdades sociais: ensaio teórico para a construção de um pensamento crítico pós-colonial. **Simbiótica**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 159-171, jan./jun. 2019.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

BATISTA, P. Representação e Representatividade é tudo a mesma coisa? **LinkedIn Pulse**, [s. l.], 28 fev. 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/representa%C3%A7%C3%A3o-e-representatividade-%C3%A9-tudo-mesma-coisa-paula-batista/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

CARVALHO, J. J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

CHALMERS, A. F. **O que é a ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA FILHO, A. Gurutubanos, Caatingueiros e Geraizeiros: identidades rurais e territorialização. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. esp., p. 251-267, 2015.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi. 451 p.

DESS, C. Notas sobre o conceito de representatividade. **Urdimento**: Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 43, 2022. Disponível em: DOI: 10.5965/1414573101432022e0206. Acesso em: 13 ago. 2025.

DUQUE-CARDONA, N. As funções sociais da biblioteca escolar em contextos interculturais. In: DUQUE, N.; CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas**: a mediação sobre outras perspectivas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

ESTERMANN, J.; TAVARES, M.; GOMES, S. Interculturalidade crítica e decolonialidade da educação superior: para uma nova geopolítica do conhecimento. **Laplage em Revista**, Paulínia, v. 3, n. 3, p. 17-29, 2017.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FOERSTE, E. Povo tradicional pomerano e interculturalidade: apontamentos para pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 13., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: UFRGS, 2016.

FRICKER, M. Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing. Oxford: Oxford University Press, 2013. 188 p.

FURNER, J. Dewey Deracialized: A critical race-theoretic perspective. **Knowledge Organization**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 144-168, 2007.

FURNER, J.; DUNBAR, A. W. The treatment of topics relating to people of mixed race in bibliographic classification schemes: a critical ace-theoretic approach. **Advances in Knowledge Organization**, [s. l.], v. 9, p. 115-120, 2004.

GARCÊS-DA-SILVA, F. C.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FÉVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M.; SOUZA, M. S. Manifestaciones de microagresiones raciales en la educación bibliotecaria: enfoque en el trauma racial. **Palabra Clave**, [s. l.], v. 14, p. 1-16, 2024.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Combate às violências colonizadoras na organização do conhecimento: uma análise amparada pela escala de decolonialidade para estudos em organização do conhecimento

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

(EDEOC). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]** Aracaju: ANCIB, 2023.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Decolonizando a Organização do Conhecimento: um olhar do periódico *Knowledge Organization* (2000-2020). **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 14, p. 1-21, 2021b.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Interculturalidade crítica na BCI e na Organização do Conhecimento: dialética entre Catherine Walsh e Natalia Duque Cardona. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: ANCIB, 2022.

GARCEZ, D. C.; SALES, R. Olhares decoloniais em Organização do Conhecimento: uma análise das publicações do periódico *Knowledge Organization* (2000-2020). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. p. 1-16.

GARCEZ, D. C. **Perspectivas de Abya Yala e a decolonização epistêmica na organização do conhecimento**: o olhar a partir da escala de decolonialidade para estudos em organização do conhecimento (EDEOC). 2024. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2024.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. L. **Desclasificados**: pluralismo lógico y violencia de la clasificación. Barcelona: Anthropos, 2007.

GOMEZ, N. L. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 223-246.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Apicuri, 2016.

MIRANDA, M. L. C. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em Religião na CDD. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ANCIB, 2007.

MIRANDA, M. L.; OLIVEIRA, J. X.; PARANHOS, J. P. B.; PAES, M. S. A organização e a representação do conhecimento em religiões de matrizes africanas: um estudo comparativo dos diferentes sistemas de organização do conhecimento) CDD, CDU e LCSH). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: ANCIB, 2011.

MOURA, M. A. Conferência de abertura. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Youtube**, Rio de Janeiro, 25 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=B5rFzsBdMtk&list=PLS5VMTIUJiyiqm3gxSaijhjRXtQ6BuAJ>. Acesso em: 13 ago. 2025.

MUNDURUKU, M. M. **Pinturas corporais do povo Munduruku (MT)**: significados e mudanças no patrimônio imaterial indígena. 2016. 40 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Línguas, Artes e Literatura) – Universidade do Estado do Mato Grosso, Barra dos Bugres, 2016.

OLSON, H. A. Exclusivity, teleology and hierarchy: our Aristotelian legacy. *Knowledge Organization*, Würzburg, v. 26, n. 2, p. 65-73, 1999.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2002.

OLSON, H. A. The Power to Name: Representation in Library Catalogs. **Signs**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 639-668, 2001. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1086/495624>. Acesso em: 13 ago. 2025.

PATIN, B.; SEBASTIAN, M. Ep-i-what? using the force to understand epistemicide. **Information Matters**, [s. l.], v. 1, n. 11, 2021. Disponível em: <https://informationmatters.org/2021/11/ep-i-what-using-the-force-to-understand-epistemicide/>. Acesso em: 21 maio 2024.

PATIN, B.; SEBASTIAN, M.; YEON, J.; BERTOLINI, D. Toward epistemic justice: an approach for conceptualizing epistemicide in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the Association for Information Science and Technology**, [s. l.], v. 57, n. 1, e242, 2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1002/pr2.242>. Acesso em: 13 ago. 2025.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro Brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro; Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 2014. E-book. Disponível em: [https://ibict.br/images/internas/TESAURO-COMPLETO-FINAL-COM-CAPA-\\_24102014.pdf](https://ibict.br/images/internas/TESAURO-COMPLETO-FINAL-COM-CAPA-_24102014.pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. 149 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010.

POPÓ, C. C. **Cosmologia na visão Laklãnõ/Xokleng**. 2015. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica) – Universidade Federal de Santa Catarina, Terra Indígena Ibirama Laklãnõ, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

RENDÓN ROJAS, M. Á. Ciencia bibliotecológica y de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Epistemología, metodología e interdisciplina. **Investigación bibliotecológica**, Ciudad de México, v. 22, n. 44, p. 65-76, abr. 2008.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. *In*: SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/epistemologias_do_sul_boaventura.pdf). Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS, B. S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 79, nov. 2007.

SILVA, F. C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: DUQUE-CARDONA, N.; SILVA, F. C. G. **Epistemologias latino-americanas em Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha; Nyota, 2020.

**XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB**  
**Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025**

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; FÉVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, p. 129-162, 2022.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; PIZARRO, D. C. Dorothy Porter Wesley e a classificação para os estudos negros, africanos e da diáspora. *In*: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: perspectivas feministas, antirracistas e decoloniais em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Florianópolis: Rocha; Selo Nyota, 2021. p. 21-42.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SALES, R.; SALDANHA, G. S. Dorothy Porter Wesley e a Organização do Conhecimento Negro na Coleção Especial Moorland-Spingarn Research Center. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5780> Acesso em: 13 ago. 2025.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; SILVA, R. A. Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-19, 2022.

SILVA, M. F.; ALMEIDA, C. C. A representação do negro nos sistemas de organização do conhecimento no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: ANCIB, 2017.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

WALSH, C. Interculturalidad y (de) colonialidad: diferencia y nación de otro modo. *In*: MAGALHÃES NETO, Hamilton. **Desarrollo e interculturalidad, imaginario y diferencia**: la nación en el mundo Andino. Rio de Janeiro: EDUCAM 2006. p. 27-43. Disponível em: <http://alati.com.br/publicacoes/desarrollo-e-interculturalidad-imaginario-y-diferencia-la-nacion-en-el-mundo-andino/>. Acesso em: 13 ago. 2025.